

Análise e representação em contextos diversos: projeto, técnica e gestão do ambiente construído

Representação, projecto e Cidade: do sentido plural das representações colectivas do espaço público à construção da qualidade de vida urbana

MENEZES, Marlucci (1) & MARTINS, Marta (2)

(1) Antropóloga, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC.

(2) Socióloga, Doutoranda em *Arquitetura – Dinâmicas e Formas Urbanas* na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Estagiária no NESO/LNEC.

Resumo

Num momento em que parece insinuar-se a emergência de novos elencos de reivindicações e exigências sobre *o que é* a qualidade de vida urbana, a análise das representações e das práticas sobre/no espaço público, reveste-se de uma importância vital na prática da Arquitectura e do Urbanismo. Defende-se que esses elencos consubstanciam um conjunto de desafios que interpelam o planeamento e a intervenção sobre o território, nomeadamente no que respeita ao seu confronto com necessidades, aspirações e expectativas que agentes e actores social e culturalmente diversos transportam relativamente às características da cidade e seus modos de governo. Nesta óptica, ao tomar-se como ponto de partida desta reflexão investigações que abordam contextos urbanos e residenciais, a princípio, distintos – bairros históricos de Lisboa, bairros de interesse social em Portugal e condomínios habitacionais fechados situados na Área Metropolitana de Lisboa, visa-se discutir os seguintes aspectos: 1) o sentido plural com que a relação entre representações e comportamentos em espaço público urbano participa na formulação de desejos e estratégias de apropriação do espaço pelos indivíduos; 2) o papel que as representações colectivas do espaço detém na construção de modelos de *habitar*; 3) a importância de uma perspectiva socio-ecológica sobre estas questões, no favorecimento de uma ligação mais estreita entre o acto de *projectar* em

Arquitetura/Urbanismo, construção e percepção da qualidade de vida urbana e *projecto de cidade*.

Palavras-chave: Representações do espaço público, qualidade de vida, projecto de cidade.

Abstract

When the emergence of new claims and demands on what is the quality of urban life seems to rise, the analysis of representations and practices on / in public space gains a vital importance in the professional experience of Architecture and Urbanism. Such casts embody a set of challenges facing the planning and intervention on the territory, namely in what regards to dealing, managing and confronting the needs, aspirations and expectations that actors and agents socially and culturally diverse carry on the characteristics of the city and its models of government and governance. Taking, as starting points, a set of investigations devoted to different subjects and urban contexts – a program of Post-Occupational Evaluation, one of Lisbon's so-called historical neighborhoods and the phenomenon of the rising and expansion of closed residential condominiums in Lisbon Metropolitan Area – the present communication aims to reflect on the following aspects: 1) the plural sense in which the relationship between representations and behavior in urban public space participates in the formulation of desires and strategies of appropriation of space by individuals and social groups, 2) the role of collective representations of space in the social construction of ideal models of living habitats, 3) and the importance of adopting a socio-ecological perspective on the analysis of these issues in favor of a closer link between the act of designing in Architecture and Urbanism, the social construction and perception of quality of urban life and the in(ter)vention of project(s) for the City.

Key-words: Representations on public space, quality of life, city and project.

1. Espaço: *terreno significativa de interacção*

A contemplação da simultânea condição biofísica, social e simbólica do *espaço* constitui um problemático e afamado desafio.

Recusado enquanto *natureza* exclusivamente material e aleatória – bioquímica na sua constituição, transformação e mudança, impondo-se *apenas* como constrangimento a uma forçada e reactiva homeostasia da espécie – o *espaço* consubstancia, na óptica das ciências sociais, um *terreno significante de interacção* (Martins, 2009: 112).

Cenário construído e manipulado, de *inscrição* activa e criativa do Homem num real fisicamente percebido, social e culturalmente percebido, o *espaço existe* como palco e recurso, assumindo também a natureza de um sistema de coordenadas mentais de orientação/representação no/do mundo. Esse articulado complexo expressa-se, tanto no *sistema construído* (Mello e Vogel, 1984), como nas práticas de uso/apropriação territorial – manifestando-se de forma particularmente eloquente nas referências discursivas que, quotidianamente transaccionadas, classificam/definem convenções e valorações sobre as *qualidades* dos lugares.

O discurso quotidiano apresenta-se, neste sentido, como simultânea tradução e expressão do *espaço* socialmente incorporado, reconhecido e *julgado* pelos indivíduos. De alguma forma, se “cada um sabe [ou imagina] a que se refere quando fala (...) do *largo da praça*, do *mercado*, do *centro comercial*, de um *lugar público*”, é porque as referências discursivas identificam as convenções de uso socialmente associadas a determinados *territórios* – nelas se revelando conotações e valorações normativas, socialmente produzidas sobre os mesmos (H.Lefebvre, *apud* Guerra, 1987: 113).

2. A recolocação da Arquitectura na organização do espaço: desafio à cultura profissional dos arquitectos

Como sucede nos vários campos da Ciência, o universo das actividades profissional e directamente associadas às tarefas de *organização do espaço* (Távora, 1999: 14) é actualmente convidado a responder ao apelo para a produção de perspectivas e propostas capazes, teórica e praticamente, de lidar com as múltiplas condições do espaço – integrando, na sua experiência de trabalho quotidiana, não apenas saberes ancorados em campos distintos de abordagem científica ao real, como o próprio *saber* do senso comum, expresso nas práticas discursivas e comportamentais, tomado, ele próprio, como material de análise e trabalho.

Na Arquitectura, como noutras áreas disciplinares, este apelo potencia um desafio aos valores, normas e representações que, eventualmente, configuram diferentes perfis ou tipos de *cultura profissional* (Costa, 1988) dos próprios Arquitectos¹. Algo tanto mais importante quando se observa que estes profissionais são particularmente chamados a colaborar em processos de intervenção que, *descentrados* da lógica do projecto do edifício ou de uma malha mais ou menos restrita, procuram explicar, compreender e/ou mitigar alguns dos *fenómenos* que compõem a paisagem biofísica e social de cidades percebidas como lugares *de todos os riscos* (Archer, 2010: 75-76).

Acresce que o planeamento de intervenções dedicadas a alguns dos fenómenos que, encarados ou não como *problemas sociais*², actualmente marcam a paisagem visível e invisível destas cidades, exige uma escala de problematização, de mobilização de recursos e de arranjo institucional que extravasa a própria *escala visível* dos fenómenos considerados como *males* a resolver.

Neste contexto, reequaciona-se a própria noção de *projecto* e as próprias escalas do *projectar* em Arquitectura. De alguma forma, além de associada à delimitação física de um *terreno* de intervenção, a ideia de *escala* reporta também a uma perspectiva teórica sobre a complexidade de níveis físicos e processos sociais que compõem o que se entende ser o *cenário* de intervenção (Martins, 2010). Entendida em sentido mais lato, a própria ideia de *projecto*, embora central na definição de um Urbanismo “apoiado numa atitude mais reflexiva, adaptada a uma sociedade complexa e a um futuro incerto (...) já não é apenas uma intenção traduzida num desenho” (Archer, 2010: 79-80). De facto,

¹ Segundo Firmino da Costa, sociólogo, autor de reflexões marcantes na/sobre a sociologia portuguesa, “qualquer grupo profissional com um mínimo de sedimentação social possui um conjunto de representações sobre o seu próprio domínio de actividade”; o conceito de cultura profissional reporta precisamente “ao conjunto dos valores, normas e representações sobre [determinado domínio] enquanto disciplina científica e enquanto actividade profissional de que aqueles são portadores” (Costa, 1988: 107). A cultura profissional, abarcando tanto “um conjunto de padrões cognitivos e de padrões deontológicos”, decorre também de “um feixe de condições e processos, endógenos e exógenos ao próprio campo [disciplinar]”, configurando um “sistema simbólico de valores, normas e representações” que age como “variável mediadora fundamental, através da qual vários [desses] factores concretizam, pelo menos em parte, a sua influência” (idem: 108). Mas, como sucede na sociologia – a unidade em seguida transcrita alude, no texto original, a esta disciplina, sendo que nos atrevemos, nela, a substituir as palavras “sociologia” e “sociólogos” por “arquitetura” e “arquitecto” – a cultura profissional “tem efeitos decisivos na capacidade de [os arquitectos] se implantarem no mercado de trabalho, na definição dos seus papéis e das suas competências profissionais, e nos modos de praticar a profissão de [arquitecto]. Tem também repercussões importantes sobre o tipo de investigação científica praticada, sobre o ensino e a aprendizagem da [arquitetura], e sobre a imagem pública que da [arquitetura] se vai tendo” (ibidem: 107).

² Recupera-se, neste âmbito, a fundamental distinção entre *problema social* e de *problema de investigação*. Este último, enquanto “objecto abstracto-formal”, sendo verdadeiramente *construído* na relação entre a experiência e a observação sistemática do real e sua releitura/problematização teórica, não necessariamente coincide com fenómenos comumente reconhecidos como *males*, como disfunções a resolver (Almeida e Pinto, 1995: 18).

[O projecto] é também um instrumento cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações impostas pela sociedade, pelos actores em presença, os lugares, as circunstâncias e os acontecimentos. O projecto é igualmente um instrumento de análise e de negociação (Archer, 2010: 80).

Na óptica da reflexividade necessariamente inerente ao entendimento de um *urbanismo novo*³, “a análise já não precede a regra nem o projecto, mas está presente permanentemente”; assim, “o conhecimento e a informação são mobilizados antes, durante e depois da acção”, sendo que, “reciprocamente, o projecto torna-se também plenamente um instrumento de conhecimento e de negociação” (Archer, 2010: 95).

Como capacidade humana que reflecte o desejo de produção e criação de alternativas vocacionadas para a apropriação dos tempos vindouros, de um ponto de vista simbólico, o projecto pode ser interpretado como uma negação da ideia de morte, já que a possibilidade de uma sociedade *se projectar* prolonga, em termos subjectivos, a sua existência real, como se a negação do fim tivesse equivalência na necessidade de antecipação daquilo que poderá vir (Boutinet:1996; Menezes, 2007).

O projecto como estratégia de invenção de novas formas de uso, apropriação e representação do espaço, manifesta-se através da criação de *novos pensamentos* e da expressão de um desejo de mudança, assim indiciando uma nova conduta no processo de adaptação ao meio, podendo ainda manifestar-se a partir de uma transformação espacial, como nos casos dos projectos de intervenção ou de melhoria da qualidade de vida urbana. Contudo, é no tempo presente que se averigua as possibilidades de concretização de sonhos ou de criação de condições para que estes sejam viáveis num futuro próximo; sendo também no presente que se reflecte a vontade (ou não) de transformar. É no tempo presente que nos confrontamos com os constrangimentos que dificultam a implementação de mudanças (Menezes, 2006).

Um projecto pode ser concebido como uma *possibilidade de futuro*, inferindo-se que, no acto de projectar, além da articulação de formas, se lida também com um conjunto variado de necessidades (mais ou menos reivindicadas), expectativas e aspirações de outrem. É também esta forma de *estar em relação com o outro* que se observa quando, p.e, os resultados materialmente construídos de algumas

³ Importa sublinhar que entre o *neo-Urbanismo* preconizado, entre outros, por François Archer e as concretizações do designado *Novo Urbanismo* (New Urbanism) existem distanciamentos teóricos e ideológicos consideráveis e não desprezíveis – como, de resto, acentuado pelo próprio autor referenciado (2010: 60).

intervenções sofrem avaliações que os expõem a olhares multidisciplinares – em processos que abrem caminho à afirmação das ciências sociais, que ganham protagonismo nas metodologias e apoio técnico adoptado/prestado.

Quando parece insinuar-se a emergência de novos elencos de exigências sobre o que é a qualidade de vida urbana, a análise das representações e práticas sobre/no espaço reveste-se de importância vital na prática da Arquitectura e do Urbanismo. Não raras vezes discutidos e reivindicados na esfera dos *direitos*, tais elencos, plasmados em necessidades, aspirações e expectativas que agentes e actores social e culturalmente diversos transportam relativamente às características da cidade, interpelam com uma legitimidade nova o planeamento e a intervenção sobre o território (Martins, 2010). O debate sobre a intervenção sobre o espaço público, ou aquele dedicado aos impactes, no espaço público, de obras privadas, ganha novos palcos e novas fontes de legitimação e protagonismo nestas contendadas. Fenómenos como, p.e., a reacção crítica aos eventuais excessos da *depuração do contexto* no processo de criação dos objectos desenhados, ganha, p.e., no âmbito da crítica à arquitectura, essa nova legitimidade. Escrito de forma que se deseja mais clara, dir-se-á que presentemente, se parece certo que a implantação de objectos *estranhos* e *espectaculares* encontra nova valorização enquanto âncoras identitárias associadas à concorrência sócio-territorial, sucede que esse mecanismo de adoração mais ou menos acrítica das obras (e) das *arqui-stars* (na expressão de Leonardo Benevolo) que pontuam o campo da Arquitectura global, parece coexistir com o renovado apelo a que se atenda (ou pelo menos considere) as necessidades, as expectativas e as (re)acções dos utilizadores directos e indirectos dos objectos construídos, as quais podem por vezes afigurar-se mais resistentes às *liberdades* da criação e mais cegas às suas valorosas propostas de ordem filosófica (Martins, 2010).

3. Epistemologia: da importância estratégica das representações e das práticas na análise e intervenção sobre/no espaço

Na Arquitectura, como em sede de outros campos disciplinares, a questão é também do foro da epistemologia. *Ouvir, observar, investigar* são verbos que penetram hodiernamente o campo da Arquitectura, em sede das suas escolas de formação. É também por seu intermédio que volta a passar a própria “re-colocação da

Arquitetura no processo de transformação do território” (Portas, 2007: 7) – um desafio não tão recente assim, mas que, na actualidade, renova o interesse do desafio lançado por pensadores como, p.e., Nuno Portas, arquitecto, que, autor marcante na reflexão sobre a *recolocação* da Arquitectura (expressão sua) na *organização do espaço*, assim escrevia em 1965:

Do super-artista autor, orquestrador de obras excepcionais e personalizadas nos grandes clientes, ao projectista de hoje que planeia a construção de massa por forma a assegurar, antes do mais, que responda a funções humanas, económicas e técnicas estandardizadas, propondo para habitat uma nova ordem no ambiente físico, uma nova organização e distribuição das actividades no espaço da vida quotidiana — numa palavra, uma nova forma —, vai uma transformação radical de atitude (...) que o fará entender a nova realidade da mutação institucionalizada das estruturas e necessidades da sociedade actual, que se traduz na revisão dos objectivos e âmbito da sua intervenção, que postula métodos de trabalho operacionais, que impõe reintegração crítica — ou feed-back — dos resultados anteriores da utilização do espaço, nos novos projectos em estudo (1965: 517).

Na formação do Arquitecto e sua posterior prática profissional de definição/negociação dos programas, defendia N.Portas (1965: 519), emergia a importância da capacidade de análise e compreensão de *o que é* e *o que implica* – na edificação do ambiente construído – *o entrelaçar* das componentes biofísica, socio-cultural e simbólica na projecção no/sobre o espaço:

Esta nova maneira do entender arquitecturas, tanto mais exigida quanto mais se desenvolve a sociedade, — que engloba certas especializações profissionais por serem metodologicamente paralelas, e convergirem na noção de continuidade do ambiente (...) pressupõe evidentemente uma nova estrutura do ensino no âmbito da universidade, que permita uma flexível reconversão dos diplomas e cursos de acordo com a evolução das necessidades, ao mesmo tempo que confere um papel fundamental às ciências humanas na formação dos novos profissionais do ambiente, como conjunto integrador ao nível dos objectivos e métodos com que virão a trabalhar. (...) Nesta perspectiva, a base da formação do arquitecto não pode ser senão a compreensão do ser humano, sujeito do seu produto final, protagonista do espaço habitável. (...) não se pretende que o arquitecto-urbanista se torne pretensamente economista ou sociólogo ou ainda especialista em investigação operacional, mas antes importa desenvolver uma

componente científica na sua formação (para além dos aspectos técnicos da construção) isto é, extensiva às implicações humanas dos programas. Simultaneamente desenvolvem-se qualidades específicas de observador, dedutor e intérprete dos estudos sobre a realidade a partir das quais a sua imaginação terá de elaborar os novos quadros de vida. Porque apesar da séria abordagem do homem sob vários ângulos, e como exigência da sua unidade vital o campo último do arquitecto continuará fundamentalmente o do homem do design (Portas, 1965: 522-523, 524).

Vogando entre o que seria a *problemática diluição* da Arquitectura no Urbanismo e a possibilidade de *contaminação* da Arquitectura com competências usualmente desenvolvidas e treinadas pelas ciências sociais, a presente comunicação pretende oferecer-se como articulado interpelante e assumidamente ausente de respostas e receitas claras e perfeitamente esclarecidas.

À reflexão, oferecer-se-á três exemplos de práticas de investigação em que seja notória a importância estratégica da análise das práticas e representações no desbravar dos significados do espaço e na objectivação do que são os seus modos de estruturação, tecida entre a *agência* e a *estrutura*. Esses três recortes reportam a investigações desenvolvidos no e/ou com o apoio do LNEC, com a participação directa do NESO, e, de algum modo, reflectem a convivência multidisciplinar que marca a identidade e cultura organizacionais da instituição.

Figura 1 – Vista aérea do LNEC



Laboratório do Estado fundado, em Portugal, em 1946, o LNEC congrega um conjunto de quadros afectos a áreas disciplinares distintas, associadas, não apenas à engenharia e ciências da construção, mas também à arquitectura e ciências sociais. Remontando, as suas origens, ao ano de 1985, o actual NESO desenvolve e apoia pesquisas realizadas em dois domínios centrais: qualidade do habitat/qualidade de vida e intervenção no âmbito do desenvolvimento social local; e avaliação/gestão de riscos tecnológicos/naturais.

4. Recortes do terreno

Recorte 1 – Avaliação Pós-ocupacional: lugar privilegiado de encontro e diálogo multidisciplinar

Algumas experiências facilitam, pela natureza dos seus propósitos, o contacto interdisciplinar entre a Arquitectura e metodologias desenvolvidas e treinadas no âmbito das Ciências Sociais. As experiências de Avaliação Pós-ocupacional (APO) vêm, neste âmbito, oferecendo um rico património de reflexão sobre as potencialidades desse trabalho em equipa (consultar: Coelho *et al.*, 1995; Menezes, 2001; Menezes, 2001a; Menezes e Martins, 2005).

No caso do LNEC, e através da colaboração entre o NESO e o Núcleo de Arquitectura e Urbanismo, a APO consubstanciou um programa de observação/análise do parque habitacional financiado, a custos controlados, entre 1985-1998 pelo Instituto Nacional de Habitação.

Figura 2 – APO: um programa multidisciplinar desenvolvido pelo LNEC.



Contacto entre uma equipa multidisciplinar, no âmbito de um programa de APO desenvolvido e aplicado pelo LNEC.

Fonte: [http://infohabitar.blogspot.com/2006/12/anlise-retrospectivaavaliao-ps-ocupao.html](http://infohabitar.blogspot.com/2006/12/analise-retrospectivaavaliao-ps-ocupao.html)

Na generalidade de estudos de APO, a ideia de *ambiente construído* pode ser entendida a partir de universos micro-ambientais (exemplo: edifício) ou macro-ambientais (a cidade, infra-estruturas urbanas, equipamentos colectivos) (Ornstein, 1992). Integrando, no plano de observação e análise desse ambiente construído, as percepções e a *satisfação residencial* dos moradores e utilizadores do edificado, a perspectiva socio-ecológica subjacente à realização da APO articula, precisamente, as várias condições do espaço, *lido* não apenas enquanto cenário de implantação e

gestão de objectos, mas como palco de acção e representação construída acerca dos mesmos.

Recorte 2 – Representações sobre modelos ideais de habitat e desafios ao planeamento urbano: o caso dos condomínios habitacionais fechados (CHF), na Área Metropolitana de Lisboa (AML)

Recuperando memórias de um conjunto de experiências de investigação realizadas entre 2002-2007 sobre o fenómeno do surgimento e expansão de CHF na AML⁴, o segundo recorte aborda a importância do sentido plural das representações sobre o espaço público na construção e legitimação social sobre modelos ideais de habitar. Foca-se mais precisamente numa pesquisa levada a cabo entre 2005-2006, na qual se traçou um percurso de descoberta e análise de representações associadas ao fenómeno do surgimento e expansão de CHF na AML, transportadas por um conjunto de interlocutores social e culturalmente diversos, agentes e actores distintamente associados ao processo de produção e apropriação social de empreendimentos assim classificáveis, localizados na AML⁵.

Desdobramentos do questionamento primordial da pesquisa, os marcadores materiais e simbólicos que operam a distinção dos CHF entre a generalidade dos condomínios, a imaginação sobre quem neles vive, as razões e os impactes subjacentes à sua origem e expansão, assumir-se-iam como temáticas orientadoras da provocação e observação de um diálogo analiticamente estabelecido entre: agentes directamente associados ao uso/apropriação presencial em CHF (residentes em três CHF situados em Lisboa); actores associados à oferta de espaço residencial (promotor, mediador imobiliário, arquitecto projectista, gestor/administrador profissional); arquitectos dedicados à investigação sobre o desenvolvimento da qualidade habitacional; actores associados à regulamentação/gestão/decisão autárquica (gestora de topo e técnico intervenientes, em Lisboa, na intervenção/planeamento territorial).

⁴ A noção de CHF reportava, neste âmbito, a modos de agregação formal das vizinhanças próximas, os quais assumem a natureza de *produtos imobiliários* vocacionados para uma função residencial. Adopta-se os os descritores que, conforme proposto por Raposo (2002: 59-60), autonomizam uma noção de *condomínio fechado*, os quais reportam à conjugação das dimensões de: a) *clausura* (associada à impermeabilidade física dos perímetros e aos dispositivos e práticas de controlo da acessibilidade e da circulação aos/nos empreendimentos); b) disponibilidade e usufruto de *amenidades* – equipamentos e/ou serviços – *de utilização colectiva*; e c) "*propriedade privada (...) colectiva de espaços exteriores associados à função residencial* (indissociável da propriedade privada e individualizada de fracções ou unidades de habitação autónomas)".

⁵ Realizada com o apoio do NESO/LNEC, este trabalho deu corpo a uma dissertação de licenciatura em Sociologia, conferida, em 2006, pelo ISCTE, em Lisboa, intitulada: *Condomínio Fechado. Viagem ao espaço... de uma ideia*.

Alimentando a pesquisa, uma preocupação latente: supunha-se que a análise dos conteúdos associados ao surgimento e à expansão dos CHF guarda um particular potencial estratégico no alavancar de uma discussão sobre a Cidade. Pela coleção e análise dessas representações, crê-se ser possível observar um conjunto de percepções e reivindicações produzidas sobre a Cidade que – eventualmente partilhados de forma socialmente mais extensa, não sendo específicas dos indivíduos que autonomamente optam por residir em empreendimentos considerados como tal (e que não necessariamente gostariam de lá viver) – permitem reflectir sobre a cidade que pensamos ter, e aquela onde gostaríamos, idealmente, de viver. Penetrar nesse universo de representações afirma-se como via privilegiada para conhecer os contornos do que são os desejos, necessidades e recusas que, num dado momento histórico – e produzidas a partir de posições experimentadas no espaço das posições sociais dos agentes e dos actores sociais – dão corpo à noção de *qualidade da vida* e qualidade do espaço urbano.

A asserção que configura a preocupação latente enunciada, subjacente à prossecução da pesquisa, repousa no estabelecimento de uma relação entre dois âmbitos ou cenários de aparente distinta ordem de grandeza material e simbólica: o infinitamente particular, a *casa* – e o infinitamente complexo e multi-cenarial, a *Cidade*. A pertinência do pressuposto exposto assenta na contemplação teórica de que o espaço é um *continuum* em apreciação, uma concepção proficuamente explorada precisamente no universo de estudos e programas de APO, nomeadamente no que concerne à investigação sobre as componentes, razões e mecanismos que, respectivamente, integram e estruturam a *satisfação residencial dos indivíduos*, expressa nos gostos e desgostos associados aos cenários residenciais de referência (os “lugares ou espaços em que se desenvolve uma vivência quotidiana de base residencial”), procurando explicar e/ou compreender as razões que se lhes encontram subjacentes (Freitas, 2001: 253; 2001a: 107).

Convidando à descentralização de um olhar focado sobre a casa, a satisfação residencial constrói-se no conjunto de interrelações estabelecidas por um continuado vai e vem percorrido entre o que são “diferentes dimensões espaciais” do contexto residencial – as quais integram “desde a envolvente de um bairro ou vizinhança alargada, até aos espaços e compartimentos domésticos, passando pelos agrupamentos residenciais que constituem sistemas de vizinhança próxima”, bem como “pelos edifícios habitacionais e pelos fogos e espaços comuns que os

constituem” (Coelho e Pedro, 1998: 1). Tal dado sustenta a pertinência de, na concepção sobre os contornos que definem um o cenário residencial, tomar-se como central a noção de habitat, entendida como “um conjunto integrado de espaços interiores e exteriores” que definem modos de interrelação entre Homem e Meio (Ken Kern, *apud* Coelho, 1998: 140).

Precisamente defendendo que a relação com o espaço-alojamento não pode ser cabalmente compreendida “sem referência à envolvente da habitação e, de forma mais ampla, ao bairro e à cidade”, Chombart de Lauwe (1979: 146) sublinha também a importância de observar que, nesse quadro, “cada objecto é marcado por traços afectivos, uma atracção ou rejeição, um símbolo”, não confundível com a sua existência material. Consonantemente, num segundo passo interpretativo, sublinha-se que os factores eficientes da satisfação residencial não só reportam a apreciações produzidas sobre distintos níveis físicos residenciais, como não se reduzem também, única e primordialmente, às características materialmente edificadas desse contexto. Mais do que um valor de uso e “valor intrínseco dos objectos”, o valor simbólico do alojamento confere ao espaço “uma função [e um poder] social de espelho do que são, ou se aspira a que seja, [em determinados] quadros colectivos de acção, os posicionamentos relativos aspiráveis ou expectáveis dos seus actores” (Freitas, 2001: 262). Assim,

“ (...) as necessidades habitacionais e residenciais e a manifestação da sua satisfação por parte dos indivíduos adquirem um estatuto relacional entre os indivíduos e a sociedade, que não se configura ao alojamento ou ao conforto do lar; estas estendem-se à cidade enquanto cenário de relação colectiva onde as coisas e os indivíduos ganham e constroem os seus valores no posicionamento relativo que ocupam e conquistam” (Idem: 270).

A apreciação do espaço enquanto todo de continuidades não se processa de forma linear. Os modos de uso, de representação e apropriação a ele associados são intrinsecamente estruturados por dinâmicas relacionais de construção, comunicação e tradução simbólica de descontinuidades e dissemelhanças estabelecidas entre pólos: entre o percebido *perto/longe*, *fora/dentro*, *nosso/deles*, entre o que julgamos feio/belo, confortável/desconfortável, entre o que se separa como partes onde vamos e não vamos (Menezes, 2004: 120).

Instrumentos inerentes à organização do tempo, espaço e experiência social e sensorial dos indivíduos (manifestando esse ordenamento), em tais processos

reconhecemos as noções de limite e de fronteira – entendidas não como sinalizações necessariamente materiais e de inevitável ruptura, mas como processos afectos à negociação tensa dos significados simbólicos dos lugares, bem como da codificação e (re)conhecimento dos rituais de uso e pensamento considerados adequados (Leach, 1978: 44-46) no confronto e passagem entre pólos distintos. Mais particularmente, é no jogo entre a influência sobre tal ambiguidade e o acatamento de tais preceitos, que reside a manifestação e (re)construção do Poder (Martins, 2009: 6).

Limite e fronteira reportam aos conteúdos simbólicos que distinguem discontinuidades entre ambientes e à natureza social e cultural das dinâmicas de interpretação e produção de sentidos e de práticas no espaço e/ou no tempo de *confronto*, de *encontro*, de mútua visibilidade das dissemelhanças demarcadas. Neste sentido, importa pensar sobre de que forma actores diversos percebem as dissemelhanças *manifestas* e comunicadas, e – concordando-se que a Arquitectura se apresenta como operação de “tradução de significados em formas espaciais” (Norberg-Schulz *apud* Coelho e Pedro, 1998: 2) – impõe-se pensar os conteúdos comunicados pelas linguagens formais utilizadas na relação entre os pólos que a edificação de um objecto sempre demarca, diferenciando-se entre *acessibilidade* e *comunicabilidade*, na modelação do contacto entre objecto e entorno (Coelho, 2000: 7, 9-13).

Destacar-se-á os seguintes pontos:

- **Problematização da relação público-privado.** Considerar o Espaço como um continuum não linear em apreciação convida-nos a questionar usuais dicotomias e mútuas exclusões analíticas, problematizando os processos sociais e históricos – e às componentes jurídica, de uso e apropriação (Castro, 2002: 54) – inerentes à definição de categorias só aparentemente estanques, como público e privado. Reflecte-se sobre a definição de CHF que, mais do que uma situação de jure, corresponde a uma situação de facto (Raposo, 2002: 49, 57-58; Low, 2003: 12).
- **A pouca centralidade do tema casa.** Os CHF permitem explorar a importância das representações sobre o espaço público na estruturação e legitimação de modelos ideais de habitat, pois a própria percepção do que é o cenário residencial de referência integra diferentes níveis residenciais, que extravasam a realidade da casa. Resultado replicado noutras experiências pessoais de pesquisa, tanto na justificação da mudança residencial imediatamente anterior à experiência de residência num CHF, como na decisão de mudança para a casa actual, como ainda

na apreciação das qualidades que distinguem CHF da habitação corrente, a casa-fogo habitacional (a casa actual) é um tema quase ausente (Duro *et al.*, 2001; Martins *et al.*, 2002; Martins, 2006; Raposo *et al.*, 2007). Salienta-se, por outro lado, a importância da vizinhança próxima na expressão das qualidades que, segundo os entrevistados, distinguem os CHF da generalidade dos condomínios convencionais. Sugere-se a importância do espaço público pensado na vizinhança próxima dos edifícios como potencial instrumento de democratização do espaço e anulação dos mecanismos de distinção social que estruturam (também, mas não sozinhos) a segregação sócio-espacial.

- **Um preocupante espaço de consenso, entre adeptos e opositores aos CHF – a crítica à cidade como apreciação da qualidade do espaço público urbano.** Embora sejam diversos os posicionamentos ideológicos de princípio entre confessos adeptos e assumidos opositores dos CHF (residentes e/ou não), detecta-se, por entre profundas discordâncias, interessantes compreensões mútuas. Um importante (e preocupante) espaço de consenso refere-se ao factor considerado mais eficiente para perceber a decisão de residir, na AML, nestes empreendimentos: a fuga à falta de qualidade urbana da cidade *actualmente existente*, ancorada no descrédito e desilusão votados ao desempenho dos poderes públicos na gestão e manutenção da coisa e do espaço públicos. Ao elenco de reivindicações captadas subjaz a exigência de novos padrões de Qualidade de Vida. Ante novas reivindicações e expectativas relativamente às características da cidade e seu governo, quando as representações associadas aos motivos para a procura de CHF na AML Lisboa distinguem não apenas uma componente reactiva (ante um estado da cidade presente), mas também uma componente pró-activa – associada à efectiva possibilidade de escolha e ao cumprimento, através dessa escolha, de desejos e de estratégias residenciais – como poderá a Cidade responder?
- **A necessidade de distinguir entre conceitos não equivalentes na intervenção sobre o espaço: *segurança, privacidade e controlo sobre a incerteza*.** A sensação de controlo sobre a envolvente imediata, relativamente à qual se experimenta uma influência directa e “autónoma” (negociada entre indivíduos que, mais do que por desejos de afinidades interpessoais, se *obrigam* segundo interesses comuns), define, segundo os entrevistados, a essência do CHF. O ascendente sobre a envolvente, manifesta-se numa série de elementos que considerados usuais nos CHF (muros/vedações, portaria, vigilância humana e

controlo acessibilidade) mas também noutros aspectos, como a possibilidade de conquista do que designamos como uma *autonomia da paisagem* (a crença na garantia de manutenção da imagem da vizinhança próxima, imune à evolução da vizinhança alargada). Sugere-se a importância de questionar a instrumentalização da noção de *segurança* na expressão de receios fundados em múltiplos desconfortos e interesses estratégicos (Martins, 2009). Um aspecto particularmente importante na discussão sobre como incorporar as quotidianas asserções sobre o medo, o risco e a incerteza na política de intervenção sobre o espaço. Reflecte-se também sobre os sentidos contraditórios que povoam o espaço das representações sobre o espaço. O tema da *segurança* (perigosa palavra!) é mais um em que as imagens associadas aos CHF assumem sentidos plurais e díspares: estes empreendimentos são olhados, tanto como lugares de segurança/confiança/tranquilidade, como vórtices de perigo/exposição, transgressão/*amplificação social do risco* (Kasperson, 1992).

Recorte 3 – Da “delimitação” à compreensão do bairro: uma experiência de investigação na Mouraria, um “bairro histórico” em Lisboa

Os CHF são objectos que aclaram de forma particularmente paradigmática o desafio da conjugação entre público, privado e continuidade urbana (Martins, 2009: 18). Evidenciada a importância das características da vizinhança próxima na formulação da satisfação residencial e percepção da qualidade de vida, são formas que sublinham também a importância de pensar o verbo *projectar*, em Arquitectura, sobretudo, tendo presente que, como refere Wolfgang Zucker, a “erecção de um limite que separe o interior do exterior é o acto arquitectónico primevo” (Coelho, 2000: 33).

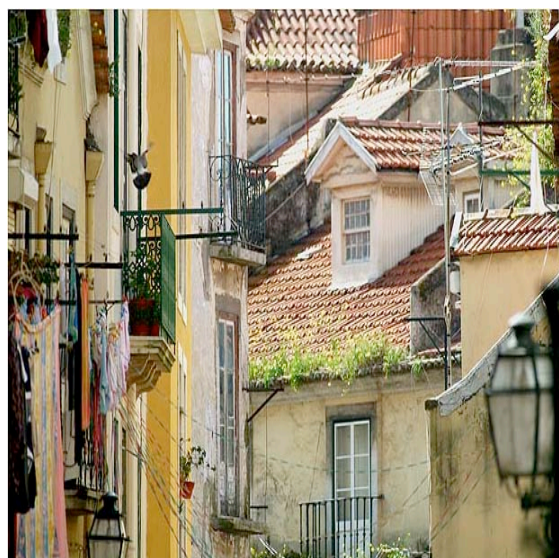
O problema dos limites e fronteiras – e de como observá-los – insinua-se no terceiro recorte, debruçado sobre um trabalho de investigação (Menezes, 2004) que, tomando como terreno de observação empírica a Mouraria, um dos *bairros históricos* de Lisboa, se desenvolveu a partir de um estudo antropológico que visou demonstrar como a experiência fenomenológica do lugar e as metáforas elaboradas sobre ele participam do processo de construção de imagens culturais e socio-espaciais, e como essas imagens comunicam significados específicos que fazem parte do conhecimento que se tem do bairro e da cidade.

A compreensão sobre a história, a actual configuração e a visibilidade do bairro da Mouraria, conduziu à descoberta e análise de um imaginário habitado por

significados e imagens ancoradas em campos vários. Da história, à geografia, passando por elementos associados à administração política e administrativa do território, até aos modos de uso/representação/apropriação do espaço do/no mesmo – perpassando tais referências, o problema da *delimitação do bairro*, afigurar-se-ia como particularmente estratégico, quer no desvendamento das ideologias subjacentes às intervenções sobre este território, quer na compreensão das dinâmicas de uso e de apropriação que quotidianamente lhe conferem vida.

Figuras 3 e 4 – Mouraria: um *bairro histórico* de Lisboa

Considerado um dos *bairros históricos* de Lisboa, a Mouraria toma o nome do arrabalde destinado aos chamados *mouros*, após a reconquista cristã de Lisboa, em 1147. Desde a Praça do Martim Moniz, no sopé de uma das colinas da cidade, o casario, antigo e labiríntico, dispõe-se como um presépio, até ao Castelo de São Jorge. Tido como berço do Fado, lugar de *malandros* e prostituição, à Mouraria vem sendo associada também a *marca* da multiculturalidade, celebrada em operações de intervenção urbana.



Fonte: <http://www.zoomlab.net/web1/trabalhos/grupo3/mouraria.html6u3>

Não necessariamente coincidente com definições físico-administrativas, o problema da delimitação do bairro emergia como um processo relacional de ordem prático-simbólica. Na aparente irrelevância de expressões como *cá dentro* e *lá fora*, *cá em baixo* ou *lá em cima*; *longe* e *perto* (quando a Mouraria era *isto tudo* ou quando era *só este bocadinho*) indiciava-se também a natureza plástica e heterogénea de tais limites e fronteiras. De facto, a discussão sobre os limites que demarcam onde vamos e onde não vamos, as fronteiras que separam aquilo de que gostamos daquilo que nos repulsa, não é apenas (ou sobretudo) um problema de demarcação representável num mapa (Menezes, 2004: 71). Neste sentido,

Na Mouraria, longe e perto nem sempre [tinham] correspondências exactas em termos de uma perspectiva de distância física. (...) [A] ideia de distância ou proximidade social ajuda a responder a parte da questão. (...) [O] longe ou o perto são, em certos momentos, referências que indicam a existência de mais ou menos relações entre os diferentes indivíduos e, nesse sentido, entre os locais. [Assim], as noções de lugar e de limite são mais dependentes das redes de relações sociais e dos valores que se encontram em causa, do que de factores físicos e urbanísticos (Menezes, 2004: 72, 74).

Sucedem então que o terreno antropológico que é o bairro...

“ (...) Constitui-se como uma mancha cuja elasticidade pode ser mais ou menos contida em função de uma pluralidade de referências sociais e espaciais, acontecimentos, visões do mundo ou da participação em determinados modos e estilos de vida” (Menezes, 2004: 117).

Destacar-se-á os seguintes aspectos:

- A noção de *lugar* admite flexibilidade, elasticidade e plasticidade, e é tridimensionalmente composta por três elementos essenciais, respectivamente: localização, local e sentimento do lugar (Agnew: 1997). Sendo que, para captar as múltiplas formas pelas quais o espaço é apropriado e percebido, interessou trabalhar com as noções de *multilocalidade* e *multivocalidade* (Rodman: 1992). E, para resolver o problema da escala de observação do lugar, teve-se em consideração que: as referências socio-espaciais são o resultado de justaposições, sobreposições, fragmentações ou da correlação de vários elementos, suscitando a existência de significações múltiplas e combinadas; o movimento dialéctico existente entre a razão global e a razão local suscita a utilização de escalas de mediação ou intermediação entre essas duas ordens (ou razões).
- Da análise dos espaços e experiências de distintos indivíduos, foi possível ressaltar a importância de dois aspectos: a reprodução de certos símbolos urbanos identitários, valores e representações, e a promoção de projectos de renovação através do fomento da ideia de cidade plural; e as complementaridades e contrariedades que atravessam tais processos de construção e invenção da imagem do bairro a partir de lógicas ambíguas e ambivalentes.

5. Buscando uma epistemologia para o futuro: o que é *investigar* em Arquitectura?

Deixa-se, para futura reflexão, as seguintes questões:

- Qual o estatuto conferido aos materiais recolhidos através da observação do contexto e da investigação em Arquitectura? Em que medida lhes é reservado o *mero* estatuto de elemento *exótico*, que, dando *sal* ao projecto, também o torna mais politicamente correcto, ou em que medida informam/geram impactes concretos, de facto, na prática profissional da Arquitectura? Não ignorando a tensão entre *profissão/ciência* (moderna)/exercício da ciência como profissão, importa questionar, o que é, afinal, *investigar* em Arquitectura (Martins, 2010)?
- Se parece possível equacionar a penetração dos métodos de trabalho/competências de investigação desenvolvidos e treinados no âmbito das ciências sociais na *formação* do Arquitecto (licenciatura/estudos pós-graduados), de que modo esse património de saber encontra vias concretas de exercício, aquando da prática profissional pós-formativa?

6. Bibliografia

ALMEIDA, J.Ferreira, PINTO, J.Madureira (1995). *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

ARCHER, François (2010). *Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos Urbanos: um léxico*, Lisboa: Livros Horizonte.

BOUTINET, Jean-Pierre (1996). *Antropologia do Projecto*. Lisboa: Instituto Jean Piaget, Visão Editorial.

CASTRO, Alexandra (2002), Espaços públicos, coexistência social e civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos, in *Cidades. Comunidades e Territórios* – nº5, Lisboa : CET/ISCTE.

COELHO, A.Baptista, FREITAS, M.João, FARIA, Paulina *et al.* (1995). *1ª Análise retrospectiva do Parque financiado pelo INH nos Anos 1985/87*, Lisboa: LNEC – Relatório 347/95 – NA.

- COELHO, A.Baptista (1998). Apropriação e satisfação residencial, in *Sociedade e Território* – nº 25/26, Lisboa.
- COELHO, A.Baptista, PEDRO, J.Branco (1998). *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação. Tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais*. ITA 2, Lisboa: LNEC.
- COSTA, A.Firmino (1988). Cultura Profissional dos Sociólogos, in *Sociologia, Problemas e Práticas* – nº 5, Lisboa: CIES-ISCTE, pp. 107-124.
- DURO, Inês, MARTINS, Marta, PATRÍCIO, Sandra, PEREIRA, Tiago (2001). *Vilas e Condomínios Fechados em 'bairros tradicionais' de Lisboa*, Lisboa: ISCTE (Trabalho da disciplina *Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica I* - Sociologia, ISCTE).
- FREITAS, M.João (2001). *Habitação e Cidadania. No trilho da complexidade de processos relacionais generativos*, Lisboa: ISCTE (tese de doutorado).
- FREITAS, M.João (2001a). Recentramento do olhar nas questões de Habitação. Territórios relacionais generativos, in *Cidades. Comunidades e Territórios* – nº 3, Lisboa: CET/ISCTE.
- GUERRA, Isabel (1987). *A territorialização das relações sociais: elementos para a análise da vida social local*, Lisboa, ISCTE.
- KASPERSON, Roger (1992). The social amplification of Risk: progress in developing an integrative framework, in KRIMSKY, Sheldon, GOLDING, Dominic, (eds.), *Social Theories of Risk*, London: Praeger.
- LEACH, Edmund (1978). *Cultura e Comunicação. A lógica pela qual os símbolos estão ligados*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARTINS, Marta (2009). Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida. Uma discussão também sobre a Cidade, in *Cidades. Comunidades e Territórios* – nº 19, Lisboa: CET/ISCTE, pp. 111-127.
- MARTINS, Marta (2010). *Condomínio Fechado. Viagem ao espaço... de uma ideia*, Informação Técnica e Científica de Ecologia Social (ITECS), Lisboa: LNEC (no prelo).
- MARTINS, Marta (2010). *Investigação em Arquitectura. Retratos de uma cultura profissional entre a Arte, a Ciência e a Intervenção Social*, Porto (mimeo).

MENEZES, Marluci (2001). *Análise à satisfação residencial*, Lisboa: LNEC – NT 01/01 – GES.

MENEZES, Marluci (2001). *Análise ao uso e à apropriação do espaço residencial*, Lisboa: LNEC – NT 02/01 – GES.

MENEZES, Marluci, MARTINS; Marta (2005). *3ª Análise Retrospectiva do Parque Habitacional Financiado pelo INH – Anos de 1995 a 1998. Análise à Satisfação residencial*, Lisboa: LNEC, NT 02/05.

MENEZES, Marluci (2004). *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário. Significados urbanos de um bairro de Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.

MENEZES, Marluci (2006). Contributos (antropo)metodológicos para um projecto social de cidade, in *Revista Ciências Sociais*, Vol. 42 – nº 2. UNISINOS: Porto Alegre, pp. 94-104.

MENEZES, Marluci (2007). Entre o Projecto de Intervenção Urbana e a Promoção de uma Cultura de Projecto: Alguns Aspectos Metodológicos, in *Actas do SILACC 2007*, EESC-USP: S. Carlos - SP, Outubro de 2007.

MELLO, Marco; ARNO, Vogel (1984). Sistemas Construídos e Memória Social: uma Arqueologia Urbana? In *Revista de Arqueologia* – v.2 – nº2, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 46-50.

ORNSTEIN, Sheila (1992). *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*, São Paulo: EDUSP.

PORTAS, Nuno (2007). *A cidade como Arquitectura. Apontamentos de método e crítica*, Lisboa: Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno (1965). As ciências humanas na renovação da formação do Arquitecto, in *Análise Social* – Vol. III – nº 12, Lisboa: ICS/UC, pp. 517-525.

RAPOSO, Rita (2002). *Novas Paisagens: a produção social de condomínios fechados na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ISEG/UTL.

RAPOSO, Rita; COTTA, Diogo; MARTINS, Marta *et al.* (2007). Confiança e Condomínios Fechados, in *Sociedade de Confiança: a Construção Social da Confiança em Portugal*, Lisboa: SOCIUS/ISEG/UTL.

TÁVORA, Fernando (1999 [4ªed.]). *Da organização do Espaço*, Porto: FAUP.